

MULHERES NO BRASIL DOS ANOS 1970: MILITÂNCIA, MÍDIA E PADRÃO DE BELEZA

[ARTIGO]

Nadiesda Dimambro

Universidade de São Paulo.

Pós-Graduação em Estética e História da Arte

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Este artigo aborda o contexto brasileiro dos anos 1970, marcados pela ditadura militar e pelo nascimento de um movimento feminista com cores locais. Investigou-se a realidade de uma parcela diminuta de brasileiras que escolheu engajar-se na militância de esquerda e na resistência, mas também se lançou olhar sobre as mídias de ampla circulação em diálogo com a maioria das mulheres: as telenovelas, as fotonovelas e as revistas. A partir disso, o objeto de estudo é a existência feminina em toda sua pluralidade, porém marcada por padrões de beleza e de comportamento que moldam os corpos.

Palavras-chave: Ditadura Militar. Feminismo. Padrão de Beleza. Mídia.

This article deals with the Brazilian context of the 1970s in Brazil, marked by the military dictatorship and the birth of a feminist movement with local colors. The realities of a small number of Brazilians who chose to engage in left-wing militancy and resistance was investigated, as well as the widely circulated media that impacted most women at that time: soap operas, fotonovelas and the magazines. From this, the feminine existence, in all its plurality, but marked by beauty standards and behavior control, which shaped the bodies, is object of study.

Keywords: Military Dictatorship. Feminism. Beauty Standards. Media.

El presente artículo aborda el contexto brasileño de los años 1970, marcado por la dictadura militar y por el nacimiento de un movimiento feminista con colores locales. Se investigó realidades de una parte diminuta de brasileñas que eligieron involucrarse en la militancia de izquierda y en la resistencia, pero también se echó una mirada sobre los medios de amplia circulación en diálogo con la mayoría de las mujeres: las telenovelas, las fotonovelas y las revistas. A partir de eso, el objeto de estudio es la existencia femenina, con toda su pluralidad, pero marcada por patrones de belleza y comportamiento que moldean los cuerpos.

Palabras clave: Dictadura Militar. Feminismo. Patrón de Belleza. Medios de Comunicación.

Faremos um percurso de análise que envolve a investigação de dois “lugares” de presença feminina na década de 1970: o da militância política e o das imagens e representações criadas pelas mídias, com especial enfoque sobre os padrões de beleza do período. A consideração de uma história da beleza se põe necessária, bem como reflexões acerca das conexões entre a vaidade e o feminino ao longo do tempo. Além disso, o cenário de consumo e de informação através de revistas, televisão e fotonovelas serão objetos de estudo, bem como o cenário de militância feminina e feminista em contexto de ditadura militar.

O golpe civil-militar de 1964 impôs ao Brasil um duro período ditatorial, em que direitos básicos foram extintos, a censura se instaurou e a violência repressiva tomou conta dos principais centros urbanos. Nosso período de maior interesse, de 1975 a 1980, não será focado isoladamente, e sim analisado à luz dos fatos anteriores, dos chamados “anos de chumbo”, e os posteriores, a chamada “distensão”. O governo do ditador Ernesto Geisel (de 1974 a 1979) apresenta-se como aquele que, ao mesmo tempo que anuncia a abertura política, empreende ações violentas contra indivíduos e grupos. Desde o início os militares apresentam o projeto de abertura política como “lenta, gradual e segura”, destacando que aconteceria de acordo com as regras deles, da melhor maneira para eles próprios. Esse período de escancaradas contradições pode ser compreendido da seguinte maneira:

Na prática, a liberalização do regime, chamada princípio de distensão, seguiu um caminho difícil, cheio de pequenos avanços e recuos. [...] Assim, a abertura foi lenta, gradual e insegura, pois a linha

dura se manteve como uma contínua ameaça de retrocesso até o fim do governo Figueiredo (FAUSTO, 2002, p. 270).

Ao mesmo tempo em que o desgastado regime dos militares parecia prosseguir com a restauração de direitos e liberdades, o país é tomado de assalto pelo assassinato do jornalista Vladimir Herzog em 1975, disfarçado de suicídio, que gerou muitos protestos populares: “No curso de 1975, Geisel combinou medidas liberalizantes com medidas repressivas. Suspendeu a censura aos jornais e autorizou uma forte repressão ao PCB, acusado de estar por trás da vitória do MDB [eleições legislativas de 1974]” (FAUSTO, 2002, p. 271). Outro fator importante foi o Pacote de Abril de 1977, que dentre outras medidas fechava o congresso e alterava as regras para as eleições do ano seguinte, estrangulando novamente a política brasileira, evitando avanços democráticos. Contudo, é também no mesmo período, no final da década de 1970, que novas formas de organização e resistência se desenvolvem, como é o caso dos sindicatos de trabalhadores no ABC Paulista. Em 1978-1979 temos uma significativa greve dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo, liderados por Luís Inácio Lula da Silva, reivindicando correção dos salários de acordo com a inflação.

Nessa mesma década vemos, também, a eclosão de um movimento feminista organizado no Brasil. O encontro de diversos fatores tornou isso possível, destacaremos os três principais (SARTI, 2004, p. 37). Não significa, porém, que não houve pensamento feminista anterior a esse momento, tendo em vista que desde o início do século XX temos mulheres envolvidas nos movimentos sufragistas nacionais, por exemplo.

O primeiro fator é o Ano Internacional da Mulher, instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1975,¹ que traz à tona discussões sobre a condição feminina a partir de uma grande instituição com perspectiva global. Um segundo fator é a modernização pela qual o Brasil vinha passando desde os anos 1950, com a massificação do ensino público e a expansão do mercado de trabalho. O país é afetado, em seu contexto específico de ditadura militar, pela revolução comportamental que se dá no hemisfério norte, com as primeiras lutas feministas nos Estados Unidos, ao lado do movimento negro encabeçado pelos Black Panthers, do movimento pacifista de contestação à guerra do Vietnã e do surgimento da pílula anticoncepcional. Uma terceira circunstância nessa complexa conjuntura de surgimento de um movimento feminista organizado no Brasil refere-se ao próprio contexto militante, pois o cenário de lutas contra o governo autoritário a partir de 1964 propicia a emergência de críticas e questionamentos acerca do papel social da mulher na sociedade brasileira, de forte herança patriarcal. Este último ponto traz consigo, embutido, o forte caráter marxista deste feminismo da resistência à ditadura, dos partidos de esquerda, então postos na clandestinidade, das guerrilhas urbanas e da luta armada

como um todo. É muito difícil, portanto, dissociar o feminismo brasileiro da década de 1970 de uma abordagem interseccional, principalmente no tocante às relações entre gênero e classe.

É importante salientar que as mulheres brasileiras desse período, e de qualquer outro, não estão sendo consideradas um grupo homogêneo e, conforme dito acima, as diferenças de classe e também de raça fazem-se determinantes em muitos momentos. A relevância histórica da participação política feminina se dá de maneira múltipla e complexa. Notam-se dinâmicas de poder e disputas constantes desde a massiva atuação e suporte das mulheres de classes médias e altas na articulação do golpe militar, que teve seu auge na Marcha da Família com Deus pela Liberdade, até a resistência de mulheres jovens militantes de esquerda em partidos comunistas ilegais ou guerrilhas.

Baseado em dados do Projeto Brasil Nunca Mais sobre a oposição à Ditadura Militar, Marcelo Ridenti (1990, p. 114) traz à tona um instigante mapeamento da quantidade de mulheres envolvidas na resistência à ditadura e, em sequência, o perfil dessas militantes:

Verifica-se que elas [organizações de esquerda] eram compostas por ampla maioria masculina nos anos 60 e 70. [...] No total de 4124 processados das esquerdas, 3464 eram homens (84,0%). Já os grupos armados urbanos no seu conjunto tiveram percentagem um pouco mais significativa de mulheres na sua composição, 18,3%. Os grupos nacionalistas, em geral, contaram com poucas mulheres em suas fileiras.

¹ “Na conferência do Ano Internacional da mulher, ocorrida no México, com a participação de duas mil mulheres do mundo inteiro, foi aprovada a moção em prol da anistia, encaminhada pela brasileira Terezinha Zerbini, uma das principais lideranças desse movimento. [...] Graças ao desempenho das mulheres, 1975 tornou-se de fato o marco histórico para o avanço das ideias feministas no Brasil. Sob uma ditadura militar, mas com o apoio da ONU, a mulher brasileira passou, então, a ser protagonista de sua própria história, em que a luta por seus direitos específicos se fundia com as questões gerais” (TELES, 2017, p. 93-95).

À primeira vista o número que reflete a participação feminina, de 18% em média, pode parecer inexpressivo. Contudo se considerarmos que, na época, as mulheres ocupavam “posições submissas na política e na sociedade brasileira, pelo menos até o final dos anos 1960” e que “a norma era a não participação das mulheres na política” (RIDENTI, 1990, p. 114), podemos observar significativo avanço no envolvimento em lutas políticas, mesmo que ainda não traduzidas explicitamente em pautas feministas, e sim em transformação da ordem ditatorial vigente. Além disso, há de se notar maior participação feminina em grupos armados do que na esquerda partidária tradicional – o pesquisador verifica 5% de mulheres processadas por envolvimento com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) – o que nos leva à constatação do caráter revolucionário dessas militantes. Uma vez que as mulheres transformam-se em soldados, no que há de mais “masculino” no termo, empunhando armas, vivendo em más condições de clandestinidade e abnegando-se, muitas vezes, de uma rede de afetos envolvendo família e filhos (virgindade, casamento, maternidade), denota a convicção de possibilidades de outros papéis sociais às mulheres, indo contra o destino feminino socialmente traçado na época.

O movimento estudantil foi o núcleo de onde saiu a maioria das militantes, o que nos indica um caráter específico de perfil socioeconômico dessas mulheres, tendo em vista que até os dias atuais as pessoas brancas de classes médias e altas são as que detêm maior acesso ao ensino superior:

A esmagadora maioria das denunciadas das esquerdas compunha-se de estudantes (186; 32,2%), de professoras

(133; 23,0%), ou de outras profissionais com formação superior (103; 17,8%), perfazendo um total de 422 mulheres – 73,0% – que poderiam ser classificadas como de camadas médias intelectualizadas (RIDENTI, 1990, p. 115).

A fim de apresentar a complexidade do cenário político e feminino da época, Ridenti também destaca relatos de mulheres que participaram da luta armada e revelam perceber, ou refletir, a respeito dos machismos presentes nos movimentos políticos apenas *a posteriori*, muitas vezes em contato com outras mulheres e experiências, munidas de certa bibliografia no novo país em que se encontravam exiladas. Como exemplo das ações machistas desempenhadas pelos homens presentes nas organizações de esquerda, os testemunhos relatam a falta de confiança nas mulheres no tocante ao manuseio de armas mais pesadas, a acusações constantes de que as companheiras não tinham estabilidade emocional, ou mesmo o fato de ser raríssimo a presença de mulheres em cargos de liderança desses movimentos. Além disso, certas tarefas eram “naturalmente” sugeridas ou atribuídas às mulheres, como aquelas que envolvessem sedução para obtenção de informações, o que poderia levar a militante a um grande risco, além de atos sexuais não consentidos.

De início os militares estavam preparados para combater guerrilheiros barbudos e armados, mas não mulheres, jovens, que pudessem sair facilmente de uma ação militar e se confundir na multidão, com outras milhares de brasileiras que frequentavam as ruas e logradouros públicos (TELES, 2017, p. 83).

Esses testemunhos históricos coletados por tantos pesquisadores evidenciam uma visão bastante tradicional do feminino por parte da esquerda revolucionária, mostrando as camadas de preconceito e subjugação que ainda precisavam ser vencidas, mesmo nos meios mais intelectualizados e contestadores. Em tom quase anedótico, Ridenti menciona ainda o romance autobiográfico de um então militante da Ação Libertadora Nacional (ALN) carioca, Reinaldo Guarany (*A fuga*, 1984, p. 31), em que discorre sobre a aparência física das militantes, fazendo uma associação entre grau de beleza e grau de extremismo da organização: “[...] quanto mais barra pesada fosse a organização (ALN e VPR), mais feias eram as mulheres e menos havia”. Falando, também, acerca da maior liberação sexual dessas mulheres e que, apesar de estarem ali quebrando “dogmas e tabus” ainda “precisavam de um braço peludo para as horas de desamparo” (RIDENTI, 1990, p. 119).

Um dos relatos de exiladas é o de Zuleika Alambert, líder comunista entre os anos 1940 e 1960. A mídia logo tratou de colocar fotos de Zuleika Alambert nos jornais com legendas como “loira dos assaltos” ou “a bela do terror”, e a respeito disso ela afirma: “Eu lia todos os jornais para ver se transparecia um pouco do que eles sabiam, cheguei à conclusão de que a acusação contra mim era ser mulher” (COSTA et al., 1980, p. 208 apud RIDENTI, 1990, p. 122). Como bem destacou o Ridenti (1990, p. 119): “A teoria que pairava entre os militantes era a de igualdade entre homens e mulheres, mas a prática verifica-se outra”.

As consequências do engajamento na militância de esquerda para as mulheres são diferentes, além dos perigos que

compartilham com os companheiros, sofrem também com aqueles atrelados à condição feminina em uma sociedade escancaradamente machista:

Primeiro estão os perigos da vida clandestina: da alta tensão das ações armadas à tensão permanente da vida nos “aparelhos” constantemente sob a ameaça da repressão. Depois vêm os riscos da morte e da tortura. No caso das mulheres, os depoimentos convergem para um ponto crucial. Ao lado da dor física e da quebra moral que a tortura produz (ou busca produzir) cabe às mulheres uma cota suplementar de sofrimento que resulta da violência sexual (estupros, às vezes seguidos de gravidez) ou dos rituais de humilhação a que são submetidas em função de sua condição feminina. Posteriormente está o cárcere, visto por muitas – assim como pelos homens – como um momento relativamente tranquilo, se comparado com o período da tortura. Finalmente está a reinserção no que chamam de “vida legal”, às vezes mediada pelo exílio (GARCIA, 1997, p. 327).

É fundamental compreender como esse percurso da militância feminina de esquerda vai constituir núcleos importantes de luta feminista no pós-ditadura e pós-exílio, pois essas sobreviventes retornam do exterior afetadas por contatos com teorias feministas e psicanalíticas. Como bem explicou Garcia (1997, p. 332),

Não é ocasional que alguns dos grupos que mais contribuíram para a elaboração e difusão do pensamento feminista dos 70/80 no Brasil – Nós Mulheres, Brasil Mulher ou o Coletivo Feminista de Paris – tivessem uma forte participação de (ex)

milитantes de organizações de esquerda. Esse feminismo se construiu em um diálogo (auto)crítico com o que haviam sido as esquerdas nos anos 60/70 e ajudou a encontrar respostas para sua crise antes mesmo que surgissem as primeiras rachaduras no muro de Berlim.

As mulheres militantes desse momento histórico recusaram-se a cumprir o destino imposto ao seu sexo, deixando muitas vezes o espaço doméstico, o casamento tradicional e a maternidade romantizada para pegar em armas e lutar por seus ideais. As transgressões dessas mulheres não foram feitas, obviamente, sem altos custos psicológicos, afetivos e físicos. Os relatos das sobreviventes desse período, como é o caso da militante e escritora Maria Amélia de Almeida Teles, é fonte histórica inestimável para compreender as relações de poder e violência vigentes, amalgamadas a partir do relato em primeira pessoa. Esses depoimentos relatam o cunho machista das violências específicas direcionadas às mulheres na tortura, como também as dificuldades dentro dos próprios movimentos emancipatórios, desvelando as contradições, muitas vezes, entre companheiros e companheiras de um mesmo movimento político: “[...] as mulheres puderam sentir as discriminações por parte de seus próprios companheiros, tanto pela superproteção como pela subestimação de sua capacidade física e intelectual. [...] nas mãos do inimigo, enfrentaram a tortura [...] e violência sexual” (TELES, 2017, p. 81).

A pesquisadora Rachel Soihet fez detalhada investigação sobre a mídia alternativa de esquerda desse momento, com foco no Rio de Janeiro entre os finais da década de 1960 até o início dos anos

1980, mais especificamente a revista de publicação semanal *O Pasquim* (1969-1991). Comprometidos com ideais de esquerda, libertários e críticos ao *status quo*, os escritores e jornalistas usaram muitas linhas para desqualificar a luta e a produção de mulheres feministas.

Contra essas mulheres, as temidas “feministas”, lançavam seus dardos inúmeros articulistas de *O Pasquim*. Antigos estereótipos são restaurados, entre outros, a feiúra, a menor inteligência ou, inversamente, o perigo da presença desse atributo, a inconseqüência, a tendência à transgressão, a masculinidade com vista a identificar negativamente aquelas que postulavam papéis considerados privativos dos homens. Não poucas matérias registram tais “qualidades” das feministas, o que aproxima os libertários desse jornal do momento da contracultura dos misóginos de outras épocas (SOIHET, 2005, p. 595).

Lançaram mão da zombaria como arma de deslegitimação das pautas colocadas por diversas mulheres da época, dando espaço e voz para artistas em alta no momento fazerem o mesmo: “Erasmu Carlos, em sua entrevista afirmava não lhe agradar ‘mulher que tem a mania de ensinar a gente’. Para ele, ‘a mulher inteligente se finge de burra para que o homem sinta aquela superioridade natural’” (SOIHET, 2005, p. 603). Betty Friedan, importante feminista estadunidense, veio ao Brasil em 1971 a propósito do lançamento de *A mística feminina*, e a convite da intelectual Rosie Marie Muraro.² Concede entrevista ao

2 “Em plena vigência do AI-5 (Ato Institucional), a feminista viabilizou a vinda da norte-americana

Pasquim, sendo atacada e insultada diversas vezes pelos entrevistadores, todos homens de esquerda, comprometidos com a luta democrática.

Como podemos observar, as mulheres dessa época – militantes politizadas ou não – tiveram que lidar e, de alguma maneira, absorver esses ataques ao feminismo que vinham de todos os lados, dos inimigos e dos aparentes aliados, armados com estratégias diversificadas:

Evidencia-se que algo aparentemente inofensivo como a zombaria, o deboche, configura-se como forma de violência, inoculando representações com vistas à conservação do status quo, através da ridicularização de movimentos em prol de mudanças com relação aos papéis exercidos por mulheres e homens na sociedade (SOIHET, 2005, p. 609).

Como dito, o movimento feminista brasileiro desse momento é encabeçado por mulheres de classe média que tiveram na maioria das vezes acesso à formação superior. Intitularam-se movimento de mulheres, e buscaram, ao longo das décadas de 1970 e 1980, articulação com os movimentos populares de bairro, o que mais uma vez nos leva à necessidade de pensar classe nesse contexto. Assim como destacado por Sarti (2004, p. 39), há uma atuação conjunta entre as militantes de esquerda, os movimentos populares – baseados na vivência e nas demandas cotidianas das moradoras

das periferias – e a Igreja Católica, instituição esta, que também exerceu participação importante nas lutas de resistência do período, principalmente a vertente ligada à Teologia da Libertação. Apesar dos desacordos e enfrentamentos entre os atores sociais mencionados, observa-se articulação entre eles em prol de um objetivo comum, o fim da ditadura:

Entretanto havia dificuldades nessa tarefa; dirigentes políticos ou religiosos do bairro cercavam as feministas para impedi-las de falar sobre sexualidade, violência sexual e doméstica, aborto e, enfim, tudo o que envolve mais de perto a condição feminina, a pretexto de que tais questões só ‘dividem o movimento operário’, enfraquecendo a luta conjunta pelas transformações sociais (TELES, 2017, p. 87).

O cenário de alianças e disputas neste momento de transição democrática coloca em foco as pautas feministas, principalmente a questão do divórcio, do trabalho doméstico e da independência financeira. As mulheres, claramente posicionadas como feministas ou não, tiveram que lidar com as fortes suspeitas com relação ao feminismo, que vinham de todos os lados:

Inicialmente, ser feminista tinha uma conotação pejorativa.³ Vivia-se sob fogo cruzado. Para a direita era um movimento

ao Brasil para o lançamento de *A mística feminina*, escandalizando a imprensa e parte da “sociedade machista”. Entretanto, a semente foi lançada para a proliferação de fóruns e debates sobre questões específicas da mulher” (CAVALCANTI, 2005, p. 253).

³ Esta conotação pejorativa também acarreta consequência no meio artístico: “Essa construção social de feminista como pária é um dos vários pontos de temor que fez com que algumas artistas mulheres brasileiras, apesar de seu claro interesse nas questões femininas e feministas, renegassem qualquer ligação com o movimento, por receio de serem reduzidas a ‘artistas panfletárias’” (TRIZOLI, 2012, p. 413).

imoral, portanto perigoso. Para a esquerda, reformismo burguês, e para muitos homens e mulheres, independentemente de sua ideologia, feminismo tinha uma conotação antifeminina (SARTI, 2004, p. 40).

Em finais da década de 1970, com o início da abertura política, o movimento feminista passa a expor questões mais conectadas com suas pautas, como identidade de gênero. Percebemos, então, ao longo da década de 1970, que a aparente “unidade” do movimento de mulheres foi se dissolvendo em vertentes de atuação pública, por meio de Organizações Não Governamentais (ONG) e movimentos por melhorias na qualidade de vida destas a partir de políticas públicas e atuação privada, com centros de estudos mais localizados, sendo uma parte restrita autodenominada feminista (SARTI, 2004, p. 41).

Como bem explicitou a militante e sobrevivente Maria Amélia de Almeida Teles a respeito da participação feminina em esferas diversas da sociedade naquele momento, elas estiveram envolvidas em menor contingente na resistência de esquerda e na busca pelos seus filhos e companheiros que estavam na resistência, mas “o grande contingente saiu em busca de mercado de trabalho, que absorvia, de maneira expressiva, a mão-de-obra feminina” (TELES, 2017, p. 63).

Aquelas que não se envolveram em nenhum grupo de ação direta contra o governo dos militares, mas que compuseram a onda de transformações no tocante aos papéis sociais destinados a homens e mulheres na década de 1970. Para tanto, abordaremos agora qual era o status do feminismo e das discussões de pautas

feministas na época em jornais, revistas e outros meios de comunicação de massa, ressaltando a importância de algumas figuras visionárias daquele período.

Começamos pela revista *Cláudia* do grupo Abril, que surgiu em 1961 já com o intuito de ser uma publicação direcionada às mulheres de classe média. Carmen da Silva foi a jornalista responsável, por 22 anos, a começar em setembro de 1963, pela coluna “A arte de ser mulher” da revista, em um período em que era bastante rara a presença feminina⁴ nas redações de jornais e revistas, mesmo se tratando de um veículo direcionado ao público feminino. Carmen tratava de temas hoje claramente feministas, e tinha “um texto leve, embora trabalhado, sem rugas de autoritarismo e moralismo, e baseado fortemente no instrumental da psicanálise” (DUARTE, 2007, p. 199).

Essa seção da revista *Cláudia* chegou a receber entre 400 e 500 cartas por mês, com perguntas de leitoras principalmente entre 18 e 24 anos, na sua grande maioria casadas, e que queriam estar casadas. As respostas e comentários de Carmen na coluna evitavam o aconselhamento direto (Ibidem, p. 200), tendo em vista a tensão do governo ditatorial e a pressão masculina que vinha de todos os lados. Intentou, também, construir uma imagem da feminista como uma estudiosa, equilibrada e madura, na contramão dos estereótipos, já comentados,

4 “Pouco tempo antes, os textos publicados eram assinados pela desconhecida Dona Letícia, sobre quem a revista não fornecia referências. Tudo leva a crer que os textos dessa “articulista” fossem feitos por redatores homens, uma vez que só estes formavam a redação de *Claudia*, antes de Carmen da Silva” (DUARTE, 2007, p. 199).

que vigoravam. Fez críticas ao casamento, ao ambiente doméstico, à falta de independência financeira das mulheres, à maternidade. Defendeu, inclusive, o divórcio, tema bastante controverso na época. Sua coluna se contrapunha não apenas às normas comportamentais instituídas, mas muitas vezes ao próprio conteúdo da revista, contradizendo e rebatendo outras seções da revista. Um bom exemplo disso está nos seus artigos contrários à padronização da beleza e ao seu enaltecimento como valor feminino essencial, que seriam publicados em páginas circundadas por propagandas da crescente indústria de cremes antirrugas, com promessas de eterna juventude, cintas modeladoras e fluidos de beleza para o combate de sinais de idade: “Para Carmen, a busca por ajustar-se aos padrões reverenciados pela ‘literatura barata’ e pela publicidade só mostra o quanto o ideal sexy correspondia ao comportamento de submissão e repressão sexual para as mulheres” (Ibidem, p. 211).

Podemos destacar, ainda, outros enfoques importantes dados pela colunista, e que contribuíram com a circulação de ideias emancipadoras e alinhadas muitas vezes com o feminismo que vinha do hemisfério norte:

Carmen da Silva, ao abordar nos seus artigos problemas do cotidiano da mulher de classe média, questionava o comportamento tradicional da mulher: “Deve a recém-casada trabalhar?”, “Trabalhar para não ser bibelô”, “A conquista de um lugar ao sol”, “Independência” e “Amor” eram temas por ela abordados em textos que procuravam orientar as mulheres em direção à autonomia (TELES, 2017, p. 67).

A pesquisadora Ana Rita Duarte (2007) organizou a longa produção de

Carmen durante os 22 anos à frente da coluna “A arte de ser mulher”, de maneira interessante para pensarmos a relação entre temas e fases do feminismo atrelados ao desenvolvimento do contexto histórico. A primeira seria a “fase do despertador”, ou “fase de Lázaro”, que começa em 1963 com o início da aproximação com temas feministas, incomuns na mídia da época. A segunda seria a “fase absolutamente institucional”, que inicia a partir da segunda metade da década de 1960, e diz respeito à crise no casamento e aos conflitos dentro da família. A terceira fase, ao longo da década de 1970,⁵ foi caracterizada pelo engajamento mais explícito e direto com a causa feminista, em que Carmen admitia estar influenciada por “ventos que vinham soprando de outros continentes”. Não por acaso, foi a fase de maior reação dos homens. A quarta e última fase identificada pela pesquisadora teve início em 1979 e coincidiu com certa revisão de alguns pressupostos do próprio movimento feminista internacional, em movimento de autocrítica e da verificação da necessidade de preservação de certas características e valores, culturalmente femininos e renegados durante a luta das mulheres, para se afirmarem no espaço público.

No entanto, é importante ressaltar que caiu em essencializações e naturalizações atualmente questionadas, pois “procurando defender as mulheres das acusações de futilidade, fragilidade e emotividade

5 “Em julho de 1971, dois meses depois da visita da escritora norte-americana Betty Friedan ao Brasil, ela publicou a resenha do best-seller *Mística Feminina*, principal obra impulsionadora do movimento feminista norte-americano. A tentativa de desnaturalizar as “diferenças de gênero” – termo usado por Carmen, a partir de 1979 – seria uma das preocupações da jornalista, nessa terceira fase” (DUARTE, 2007, p. 210).

excessivas, Carmen construiu o discurso entusiasmado que generalizou comportamentos femininos como bons, e masculinos como maus” (DUARTE, 2007, p. 215).

Ainda sobre a relevância e o impacto da revista *Cláudia*, a pesquisadora Talita Trizoli mapeou a relação entre a publicação e temas recorrentes entre artistas mulheres da época, pois segundo ela é justamente dos textos de Carmen que vêm a grande influência de temáticas feministas em artistas como Anna Maria Maiolino, Wanda Pimentel, Iole de Freitas, Maria do Carmo Secco e Regina Vater, além de Letícia Parente e Sônia Andrade, justamente por sua grande circulação pela revista feminina mais vendida no país na época (TRIZOLI, 2012, p. 416). Essas artistas mencionadas intentaram

construir uma crítica à reificação da mulher como objeto familiar [...] questionando a objetificação do corpo feminino como aparato de desejo social e sua construção discursiva a partir do olhar masculino, como foi o caso de Iole de Freitas, onde o corpo é desdobrado e ameaçado, e Regina Vater, onde as curvas femininas são analogias do ideário tropical carioca e espaço de um paraíso hedonista – mas isso se nos atemos a suportes tradicionais, pois tanto Letícia Parente quanto Sônia Andrade colocaram em xeque o estatuto da imagética feminina e suas relações corpóreas com suas experimentações com super 8 e vídeo (Ibidem, p. 416).

Vale também lembrar da revista *Nova*, que teve importante papel na disseminação da chamada “revolução clitoriana”, pois já em seus primeiros artigos, ao propor uma nova figura de mulher independente,

livre, ágil, ativa, nova cidadã e nova integrante do mercado, explicava a fisiologia do corpo feminino e masculino, atentando para o clitóris como lugar fundamental do prazer sexual. Artigo de maio de 1979, intitulado “Orgasmo”, fala em alcançar o orgasmo pelo clitóris, já que o vaginal é um mito (RAGO, 2002, p. 193).

Sobre outro nicho de publicações escritas, faz-se fundamental mencionar a intelectual e escritora Rose Marie Muraro,⁶ que à frente de uma editora buscou trazer para o mercado editorial brasileiro discussões que já corriam nos Estados Unidos e na Europa, principalmente acerca do papel social das mulheres e das mudanças comportamentais em voga. Como dito anteriormente, foi peça chave na difusão da teoria feminista de Betty Friedan, trazendo a autora para lançar seu livro no Brasil e participar de outras atividades de divulgação de suas ideias em tempos tão sombrios na América Latina. Sabemos que Friedan circulou no Brasil muito mais e muito antes que os escritos anteriores de Simone de Beauvoir, que publicou *O segundo sexo* em 1949, todavia foi absorvida no Brasil apenas a partir da década de 1980.

6 “A Editora Rosa dos Tempos inaugurou, em plena década de 90, uma linha voltada aos temas emergentes e relacionados às condições de vida das mulheres brasileiras, dando maior ênfase às áreas de Humanidades e Ciências Sociais. Apesar de inovadora e ousada, a editora representou o resultado do conhecimento do movimento feminino e feminista, que ganhava novas cores desde a década de 70, trazendo praticamente duas décadas de empenho, expressões e novas abordagens, especialmente dentro das Ciências Humanas e Sociais. Perfilaram nos catálogos nomes de feministas internacionalmente famosas e que serviam” (CAVALCANTI, 2005, p. 256).

Dentro, ainda, do espectro das publicações escritas, precisamos mencionar os jornais que circulavam, voltados claramente para as pautas feministas e que, mesmo em menor medida, impactaram as leitoras e contribuíram para a construção de uma nova mentalidade. Temos o jornal *Brasil Mulher* (outubro de 1975 a março de 1979), que começou a ser editado no Paraná e depois passou para São Paulo. Sua tiragem oscilava entre 5 mil e 10 mil exemplares e sua periodicidade era irregular, ora bimestral, ora trimestral. Já em junho de 1976, foi publicado o primeiro número do jornal *Nós Mulheres*, o qual, segundo Amélia Teles (2017, p. 99) “contribuiu de forma decisiva para o avanço de ideias feministas e para o combate à discriminação”. Em 1981 é lançado em São Paulo, com apoio da Fundação Carlos Chagas e organizado por mulheres feministas e intelectualizadas como a jornalista Adélia Borges, o jornal *Mulherio*, que dura até 1987. Esta publicação “tratava de temas candentes ao feminismo: a extensão da licença-maternidade para os pais (o jornal foi precursor dessa ideia no Brasil), a democracia doméstica, a situação da mulher negra e a existência de um movimento de mulheres negras” (Ibidem, p. 101).

Outro meio de publicação escrita, considerado menos “nobre”,⁷ mas com um alcance muito maior que os já citados é a fotonovela. Elas chegam ao Brasil na década de 1950 e passam a ser publicadas com mais vigor na década de 1970, sobrevivendo até meados de 1980. Em 1952 é lançada

no Brasil a revista *Capricho*⁸ que, de início, publica histórias inteiras em suas edições, não separadas como as concorrentes. A pesquisadora Raquel de Barros Pinto Miguel (2016) destrinchou as publicações de vinte fotonovelas da *Capricho* entre os anos de 1956 e 1969, e fez apontamentos valiosos para a investigação aqui proposta.

As fotonovelas da *Capricho* nessa época exploravam com recorrência uma imagem feminina jovem, bem vestida, pálida, e, muitas vezes, órfã. Tais características imprimem a valorização de uma construção do feminino a partir da fragilidade, pureza, sofrimento, desproteção e meiguice. Como bem apontou a autora: “o perfil procurado para o papel da mocinha é a de uma atriz com rosto meigo, belo e melancólico, que transmita suavidade e ternura” (Ibidem, p. 297). Além da supremacia da beleza jovem, como apontado, também aparece o elemento de competição entre mulheres, mãe e filha, tia e sobrinha, colocando em evidência novamente as questões relacionadas aos padrões de beleza instituídos na época.

As mocinhas das fotonovelas analisadas por Miguel faziam parte das classes populares ou médias, e tinham as seguintes ocupações recorrentes: professora,

⁷ “Um fantasma assombra o mundo da boa literatura: a má literatura, especialmente aquela das revistas femininas populares. [...] Ainda tem um lado mais perverso: funcionar como anestésico da consciência popular” (JOANILHO; JOANILHO, 2008, p. 530-531)

⁸ “No ano de 1956, a *Capricho* atingiu a, até então, maior tiragem de uma revista da América Latina, rompendo a marca dos quinhentos mil exemplares. Esse sucesso perdurou ao longo dos anos 1960 e estava relacionado, especialmente, às fotonovelas por ela publicadas que, entre os anos de 1950 e 1960, eram o carrochefe da revista. A grande maioria das fotonovelas publicadas nas revistas brasileiras era italiana ou francesa. A produção de fotonovelas era bastante onerosa, por esse motivo, as editoras brasileiras preferiam importá-las a produzi-las” (MIGUEL, 2016, p. 296).

secretária, costureira, estilista, funcionária de banco, sendo apenas três donas de seu próprio negócio. Além disso, seis heroínas eram estudantes, mas apenas uma delas fazia curso de nível superior, o que nos remete à transmissão de um destino social generificado atrelado à não inclusão das mulheres nos cursos superiores, tendo em vista a supervalorização do casamento e da vida/trabalho doméstico. Como se pode imaginar, diferentemente das heroínas, a maior parte das profissões desempenhadas pelos heróis exigia curso superior. Outro elemento que nos interessa aqui e que a pesquisadora levanta, é que “a profissão de artista (ator, cantor, pintor) esteve presente em três histórias, conferindo, a seus personagens, um ar de modernidade, vanguardismo e ousadia” (Ibidem, p. 301).

A pesquisadora conclui que os valores do sacrifício e do amor conjugal são os grandes enfoques das histórias, amplamente consumidas pelo público feminino e popular,⁹ e que a maioria de finais felizes nas histórias faz referência ao ideal do amor romântico, mas que os poucos finais não felizes também cumprem uma função moralizadora de apologia ao matrimônio: “Elas trazem a noção de que mais

importante do que o amor seria garantir que não se ficasse para ‘titia’, assim como garantir um futuro financeiro confortável. [...] Ou seja, as críticas com relação ao amor servem para dar ainda mais força ao amor” (Ibidem, p. 305-306).

Entretanto, nem tudo são críticas ao formato e ao conteúdo das fotonovelas. Há quem destaque que o ataque que essa mídia de massa sofreu enquanto produção cultural menor é injusto, pois poderia ser aproximada dos folhetins e romances populares do século XIX, uma vez que “permite a reinvenção narrativa e desloca o leitor como produtor e não apenas receptor” (JOANILHO; JOANILHO, 2008, p. 538). Estes autores ainda vão além, desvelando um certo caráter hagiográfico da fotonovela, pois

o herói ou a heroína demonstra logo de início que possui todas as virtudes beatíficas, mas num sentido laico. [...] O caráter dos heróis está predefinido como nos contos hagiográficos, afinal, santidade não conhece variação – ou se é ou não se é santo (Ibidem, p. 540).

Há um reforço de certa norma do mundo pautada no certo e o errado, o bem e o mal, o que está acima e o que está abaixo, o mal deve ser punido e o bem recompensado. Fato é que as fotonovelas são produtos culturais que não podem ser enfocados apenas com olhar redutor e simplista, pois implicam uma ordenação ética e comportamental do cotidiano ao qual se inscreveram nas mais íntimas práticas.

Outro veículo cultural de viés popular importantíssimo neste momento é a televisão. Sabe-se bem do amplo e significativo alcance da televisão e, mais especificamente,

⁹ “O público da fotonovela é um público majoritariamente feminino e culturalmente pouco exigente, com pouca formação e com um baixo poder econômico. As revistas de fotonovela têm como finalidade a transmissão dos princípios éticos, morais e sociais concordantes com o sistema de valores da ideologia dominante através da integração da mulher na sociedade urbana. [...] “Como obra, a fotonovela seria o eufemismo do pastiche. Pastiche do folhetim, do cinema, dos quadrinhos, da literatura, da fotografia, enfim, reúne em si o que há de mais kitsch na cultura ocidental e “kitsch é o que surge consumido; o que chega às massas ou ao público médio porque já está consumido” (JOANILHO; JOANILHO, 2008, p. 532).

das telenovelas no seio dos lares brasileiros. Junto com elas vieram os anúncios¹⁰ e a construção de um fetiche por produtos e artistas que permeará o imaginário de todas as classes sociais: “pode-se afirmar que se trata de constituir os espectadores em consumidores” (ALMEIDA, 2007, p. 179). O meio doméstico é visto pela publicidade como um ambiente feminilizado, ou seja, o alvo maior das propagandas e ideias exibidas são as donas de casa, “a novela é pensada pelo meio industrial e publicitário como um produto feminino” (Ibidem, p. 182).

O tipo feminino explorado pelas novelas, principalmente a partir de finais da década de 1970 abraça estereótipos, mas também propõe uma mulher de classe média ou alta que concilia trabalho e maternidade, cuidados com a casa e com a família, sem deixar de lado o casamento. Há a exibição de certa emancipação feminina a partir do trabalho e da vida sexual plena, sempre acompanhada de valores que protejam a família nuclear tradicional. Este tipo feminino nada simplificado permite, aos olhos de Almeida (Ibidem, p. 189):

promover uma infinidade de bens e serviços que “facilitam” a vida da mulher que trabalha fora, mas que nunca deixa de ser boa mãe, esposa e dona-de-casa (ou seja, a responsável pela família e pelo espaço doméstico), além de ser bela e se cuidar,

consumindo também uma infinidade de bens e serviços para o cuidado e embelezamento de seu corpo.

Faz-se mister notar que essa importante penetração da televisão nas casas brasileiras não se deu apenas a partir de produtos alienantes ou reforçadores da sociedade patriarcal. A TV Globo estreou, em 24 de maio de 1979,¹¹ o seriado *Malu mulher*, visando atingir mulheres de classes médias urbanas, e com um projeto encabeçado por um time de roteiristas que buscou tratar de temas modernos da vida das mulheres sob uma ótica progressista e sem tabus. O seriado fez críticas abertas ao machismo, ao casamento tradicional, à hipocrisia e à opressão presentes nas relações sociais e familiares, à violência contra mulheres. Defendeu ideias de independência, realização profissional e sexual, e diferentes possibilidades de maternidade.

O primeiro episódio¹² tem Malu, interpretada por Regina Duarte – a então “namoradinha do Brasil”, acostumada com papéis de destaque, mas nem sempre de força, passa

¹⁰ “No meio publicitário é senso comum que a televisão facilita a criação de ‘novos comportamentos’, ou seja, novas atitudes que incorporam mais bens de consumo no cotidiano [...] pois consegue atingir amplos setores desse mercado consumidor nacional que tem foco nos grandes centros urbanos, nos maiores mercados do Sudeste, Sul e Nordeste, e nas camadas de maior potencial de consumo, as chamadas classes A, B e C” (ALMEIDA, 2007, p. 180).

¹¹ Ficou no ar até dezembro de 1980 e teve um total de total de 76 episódios. Direção: Daniel Filho, Paulo Afonso Grisolli e Denis Carvalho. Equipe de criação: Armando Costa, Lenita Plonczynski, Renata Palottini, Manoel Carlos e Euclides Marinho. Foi vendida para 50 países e recebeu prêmios na Espanha e nos Estados Unidos. Como consequência do grande sucesso de *Malu Mulher*, a TV Globo lançou *Mulher 80* (1979), um especial musical que falava do papel das mulheres na música popular brasileira, a partir de depoimentos e apresentações musicais de Maria Bethânia, Gal Costa, Fafá de Belém, Rita Lee, Elis Regina, Zezé Motta, Simone, Quarteto em Cy, Marina e Joanna. Dirigido por Daniel Filho e apresentado por Regina Duarte, o programa contou ainda com a participação especial de Narjara Turetta.

¹² Disponível em: <https://glo.bo/2WoKYVH>. Acesso em: 1 jul. 2018.

a ser deslocada para uma figura de heroína destemida e lutadora, ao contrário dos regulares papéis românticos –, enfrentando uma crise no casamento e, depois de agredida fisicamente pelo marido, se libertando e pedindo a separação,¹³ tema muito em voga na época, com a lei do divórcio de 1977.

Outros temas como a legalização do aborto são pela primeira vez colocados claramente em pauta, incomodando muitas camadas da sociedade brasileira. A personagem chega a defender a abertura política, ou seja, faz crítica mesmo que indireta ao regime ditatorial, além de uma referência ao processo de anistia. Tratou-se de um feminismo exposto a partir da esfera privada. Era um grande desafio tratar de temas sociais então tabu na época em que a censura ainda vigorava indiretamente. Por exemplo, em “Legítima defesa da honra e outras loucuras”, de Armando Costa, faz-se referência ao assassinato de Ângela Diniz por Doca Street. Questionou-se a utilização do argumento legal de defesa da honra, que foi o mesmo usado para a libertação de diversos agressores e homicidas. Outro episódio emblemático, “Filhos, melhor não tê-los”, de Marta Góes e Walter Negrão, mostra a vida de uma mãe solteira que é demitida e busca emprego como doméstica; confundida com prostitutas, sofre violência (subentende-se inclusive sexual) da polícia. O caso faz menção a outro evento real que reverberou na época, a “Operação Limpeza” promovida pelo delegado José Wilson Richetti, entre maio e junho 1980,

que tentou “limpar” o centro da cidade de São Paulo prendendo e espancando prostitutas, travestis e homossexuais (Ibidem, p. 129). O episódio “A amiga”, por exemplo, resultou em muitas críticas no tocante à moral e os bons costumes, posto que ousou falar da relação amorosa entre duas mulheres. Contudo, o que mais obteve impressões negativas na mídia da época foi o episódio “Ainda não é hora, de Euclides Marinho:

Por incrível que pareça, este foi aprovado pela censura sem meias palavras, sem sugestões indiretas, ainda que tivesse um discurso favorável à legalização do aborto, o que era inédito em 1979 e até hoje é tema raramente discutido na televisão brasileira (Ibidem, p. 132).

Sobre a equipe que formulou os episódios (cada um tinha a liderança de um roteirista específico, o seriado foi escrito a muitas mãos) e o processo e escrita da série, Heloisa Buarque de Almeida (2012, p. 127) destaca:

Euclides Marinho, que participou da equipe de criação (com Armando Costa, Lenita Plonczynski e Renata Palottini) e escreveu o primeiro episódio, considerado um guia do “clima” do seriado, conta que na época em que escrevia Malu mulher participou de reuniões feministas a convite de Ruth Cardoso e Rosiska de Oliveira, lembrando que as feministas “estavam muito ativas” naquele momento. A própria Renata Palottini, em entrevista sobre o seriado, afirma-se feminista.

Como podemos notar, o cenário não é simples nem fácil de decifrar. Temos nas mídias de massa ao mesmo tempo vozes progressistas e reforços dos padrões

¹³ “No primeiro episódio de Malu mulher assistimos a uma inversão: a personagem, ao discutir com o marido, diz que cansou de ser bem-comportada, que quer se separar [...] pede o desquite [...] e o final feliz é inesperadamente a separação” (ALMEIDA, 2012, p. 128).

tradicionais. Dessa forma convivem na mídia experimentações ousadas como a série *Malu mulher* e as novelas, tão conhecidas e presentes nos lares brasileiros, reprodutoras e reiteradoras de certa ordem social. O mesmo com as publicações escritas, pois simultaneamente temos revistas publicando fotonovelas com histórias românticas e clichês, visando de maneira geral dar força a uma imagem de fragilidade feminina e, ao mesmo tempo a coluna de Carmen da Silva na revista *Cláudia*, os empreendimentos em menor escala com jornais feministas e os esforços de parte do mercado editorial liderado por mulheres comprometidas com as pautas feministas.

Neste momento de abertura democrática, mulheres comuns, trabalhadoras ou de classes mais abastadas, militantes ou não, estavam imersas nesse jogo de forças em que se tentava sempre alargar as fronteiras da discussão, em vista da ampliação de direitos, mas não sem reação dos conservadores, ou mesmo de forças aliadas. Se colocar publicamente contra os padrões de beleza, por exemplo, não era proibido, mas havia um grupo de consequências a encarar, pois ele representava uma moral impregnada na época. É nesse imbróglio de informações que ao mesmo tempo se contradizem e se complementam, que se aproximam e que se afastam, que circulam as mulheres na década de 1970.

Seja vivendo o profundo estado de exceção imposto, como as mulheres militante, ou suas vidas ordinárias, como a maior parte da população feminina do país, fato é que estavam todas afetadas, em maior ou menor grau, pelo padrão de beleza instituído e propagado na época.

Faz-se necessário buscar a origem dessa associação tão automática nos dias de hoje, entre mulheres e vaidade ou beleza, a fim de compreender melhor esse mecanismo de poder e controle dos corpos.

Data da antiguidade grega o embate entre filosofia e retórica, entre socráticos e sofistas. De onde falamos sabemos que a primeira, greco-romana, uma das bases morais e herança intelectual do ocidente, sobrepujou-se à segunda, fincando seu saber enquanto poder que tem sido ressignificado ao longo dos séculos. Enquanto o nome de Sócrates e seus sucessores, Platão e Aristóteles, são bem difundidos e academicamente incontornáveis, os nomes femininos de pensadoras de tempos remotos permanecem desconhecidos. Ou, ainda, temos rastros de suas existências por meio dos ataques perpetuados por vozes e escritos masculinos da época (TIBURI, 2004). Um exemplo que nos servirá para posterior reflexão está no nome de Aspásia.

Aspásia de Mileto, mulher culta que se muda para Atenas e se torna hetera de Péricles, foi uma famosa professora de retórica, mencionada por Platão no diálogo entre Sócrates e Menexeno. Diálogo este em que o filósofo, em mais uma demonstração de desprezo pela retórica como antagônica à filosofia, zomba dos discursos dos políticos e do fazer retórico em si, a partir de um discurso fúnebre proferido por Aspásia. Seu interlocutor reconhece se tratar de mulher rara por ser bem articulada, tendo em vista seu talento com as palavras e sua influência para com os grandes políticos da época, fato com que Sócrates concorda.

Platão, agora em Górgias, expõe diálogo entre Sócrates, Polo e Górgias, e o centro da discussão é, mais uma vez, a inimiga da filosofia. O “pai da filosofia” quando indagado por Polo acerca do que seria retórica, responde que não se trata de arte alguma, mas de uma rotina. Sócrates relaciona-a à culinária, uma rotina que gera prazer e satisfação, e explica que – cuidadosamente manifesta a intenção de não ofender a profissão do amigo Górgias, especialista em retórica – tanto retórica quanto culinária, gosto da indumentária e sofística são práticas que nada tem de arte, que se aproximam da adulação e que representam apenas bem-estar aparente. Afirma que jamais daria o nome de arte àquilo que carece de razão. Para Sócrates, portanto, seria simulacro de política.

A partir desse breve trajeto filosófico nota-se que a retórica recebe atributos – daqueles que intentam desacreditá-la – que estão desde a antiguidade relacionados ao feminino: trata-se de algo rotineiro, pois está na mesma categoria que a culinária e a vestimenta, itens do espaço doméstico e de domínio feminino; superficial, pois relaciona-se à aparência; efêmero, pois diz respeito à fugacidade de sentimentos mundanos como o prazer e a satisfação instantâneos. Não por acaso Aspásia, símbolo dessa área de conhecimento para seus contemporâneos, era mulher e, logo, enganadora, ardilosa, dissimulada, carente de profundidade no que seria o real conhecimento, a filosofia. Basta checar qualquer biografia de Péricles, o governante da Era de Ouro de Atenas, para confirmar que todos os seus erros, envolvendo decisões bélicas cotidianas, foram atribuídos à má influência de sua amante.

O rotineiro e doméstico, a superficialidade e a efemeridade ligadas à enganação e à dissimulação que o feminino exerce tem longa tradição na herança histórico-filosófica ocidental. Passando pela malícia de Eva que tudo pôs a perder quando mordeu a maçã e ardilosamente convenceu Adão a fazer o mesmo; pelas “bruxas” medievais que, detentoras de saberes extrabíblicos, foram perseguidas e tidas, muitas vezes, como a própria personificação do diabo. O homem iluminista, dotado de toda razão que lhe cabe, está em risco quando nas mãos passionais de mulheres capazes de confundir toda a lógica racionalista em voga. Cabe, então, como solução de ordem, controlar o foco de dissimulação e enganação do espírito, mantendo as mulheres sob a tutela da Igreja, dos homens e do Estado.

A pesquisadora Denise Bernuzzi de Sant’Anna (2014) fornece em seus estudos uma linha do tempo da beleza no Brasil, ou mesmo no Ocidente, na década de 1970. O Brasil do final do século XIX, início da República até meados da década de 1950, era permeado por uma noção de beleza conectada diretamente com a ideia de higiene que vigorava na época. A maquiagem era vista como sinal de artificialidade, e o belo era o limpo, branco e “natural”. A cópia dos modelos europeus, principalmente o francês, era evidente na adoção de receitas caseiras para se adequar a um padrão colonizador de aparência. Nas décadas de 1920 e 1930 a eugenia como norma científica impõe-se no Brasil de variadas maneiras, passando por políticas públicas de branqueamento da população ao plano de urbanismo e arquitetura das cidades. A menstruação passa a ser objeto de atenção do mercado

com os absorventes descartáveis, que vem acompanhados em suas propagandas de uma noção de que o corpo feminino é repleto de uma sujeira quase pecaminosa, e que a beleza estaria atrelada ao controle e à repressão dessa sujeira.

Ao mesmo tempo, o *american way of life* alcança as brasileiras por meio de Hollywood e seus produtos culturais de massa que passam a criar um imaginário de glamour e beleza específicos. A semelhança mais visível entre os padrões vigentes na época é a ideia de beleza para o matrimônio, do estar bela para o olhar masculino. Em 1950 as revistas femininas iniciam uma nova maneira de transmissão de valores estéticos e comportamentais para as mulheres brasileiras, travestida de conversa e conselho e recheada de imagens, enquetes e dicas do que fazer e o que comprar para ser bela e atraente, com o cuidado de não parecer “vadia”.

É interessante notar que o discurso na mídia brasileira na década de 1950 a respeito da maquiagem permanece negativo, rechaçando o ato de dissimular uma beleza inexistente. Por exemplo, antes da década de 1960 as mulheres de 40 anos ou mais não eram encorajadas pelas publicidades a falsear qualquer qualidade inexistente em sua aparência. Outro fato curioso é a imagem masculina colocada pelas propagandas: os homens são sempre presas fáceis, passíveis de serem ludibriados, uma vez encantados tornam-se verdadeiros bobos. Ao mesmo tempo em que a mulher é o reino do superficial e da beleza em contraponto com a profundidade da razão masculina, os homens também são pintados como facilmente enganáveis e seduzíveis.

O final da primeira metade do século XX também é marcado pela emergência da adolescência como pauta e como produto. A apologia da juventude aventureira e inconsequente, ressaltadas nas figuras de Marlon Brando e James Dean, cria uma mística sobre essa fase da vida que perdura até a atualidade. Denise Bernuzzi de Sant’Anna (Ibidem, 108) resalta que a população brasileira entre 15 e 24 anos cresceu de 8,2 milhões em 1940 para 18,5 milhões em 1970, o que insere o Brasil nessa lógica de consumo voltada para um estereótipo de beleza atrelado à juventude.

Nos anos 1950 o ideal do corpo feminino como curvilíneo e macio, em contraponto à rigidez dos músculos masculinos, ganhou reforço com as figuras de Marilyn Monroe e Grace Kelly, que trouxeram consigo também a falsa rivalidade entre loiras e morenas e uma série de ambiguidades relativas à erotização do corpo feminino. Em 1953 é criada a revista *Playboy*, marco na indústria do entretenimento adulto, que impactará muito a expectativa masculina a respeito do corpo feminino. Nesse contexto, a luta contra o envelhecimento ganhará fortes contornos no Brasil acelerado dos “50 anos em 5” de Juscelino Kubitschek e, a partir de então, a leitura negativa que se fazia da “dissimulação” da beleza adquire outro tom.

Data de 1960 o primeiro congresso sobre envelhecimento cutâneo na Europa, e nesse mesmo período o Brasil é invadido por marcas de cosméticos, maquiagens e cremes antirrugas ou para os cabelos, que prometem beleza às consumidoras. A marca de cosméticos Avon invade o

mercado e, com uso da fotografia colorida, preenche o imaginário das mulheres com rostos maquiados e transformados. A massificação da moda com roupas prontas, a invenção de produtos portáteis para serem levados na bolsa com embalagens inovadoras de plástico são a “nova sensação”. O discurso da beleza natural permanecia, porém com mais aceitação a interferências externas.

Esse mundo de aparentes contradições também pregava a independência feminina, sempre atrelada ao consumo e, ao mesmo tempo, desenhava o espaço doméstico como extensão do corpo da mulher. A indústria da beleza a pregará não mais como dom, mas como hábito (Ibidem, p. 120), e a feiura passará então a ser compreendida como desleixo. Os discursos sobre estética e comportamento que ganham visibilidade não são uníssonos, pois as décadas de 1960 e 1970 no Brasil são impactadas pela contracultura estadunidense, e a absorve dentro de um contexto marcado pela repressão da ditadura militar. Ao mesmo tempo que temos o homem homossexual, branco e hedonista forjado pela revista *Playboy*, temos David Bowie, Freddie Mercury e Ney Matogrosso embaralhando fronteiras de gênero. Ao mesmo tempo que temos Hollywood cruzando fronteiras e estabelecendo paradigmas, temos também o Cinema Novo, voltado para outros ideais de vida. Temos a normatização e o questionamento da norma andando lado a lado, movimentos sociais ganhando força e reivindicando direitos, o movimento hippie pacifista negando o capitalismo, a guerra e a monogamia, o festival de Woodstock (1969) contestando o *status quo* por meio da arte, e outros antagonismos

que conviveram nessas duas décadas de grande efervescência cultural.

As décadas de 1960 e 1970 também marcam o apogeu do indivíduo, da ideia de cuidado do próprio corpo e de uma autoestima. O trato de si passou a ser algo digno de atenção e tempo, estimulado pela publicidade. O mercado não demorou para reter a imagem de rebeldia e contestação nos padrões estabelecidos. Um certo despojamento das aparências era sinal de inteligência e crítica, mas sem tornar dispensáveis o cuidado e o consumo. A pílula anticoncepcional trouxe às mulheres uma nova dimensão de liberdade, atrelada ao crescente do debate sobre o divórcio no Brasil.

Faz-se crucial ressaltar que o ideal de beleza aqui é bastante racializado. A pele lisa e branca, bem como os cabelos muito lisos, eram sinais de boa aparência. O ideal de corpo mais magro também começa a ser reforçado, pois os novos modelos de biquínis demandavam uma barriga mais magra. Entrou em voga o lema dos três S (*sun, sex and sea*), e o corpo jovem, magro e bronzeado passou a ser sinal de saúde, beleza e sensualidade (Ibidem, p. 128).

A partir de olhar lançado sobre a militância feminina de resistência à ditadura militar, sobre as mídias de grande circulação na segunda metade da ditadura militar e sobre os padrões de beleza instituídos historicamente, buscou-se compreender o contexto de circulação de ideias que moldaram corpos e comportamentos, afetando diretamente a existência das mulheres. Contexto esse que precisa ser abordado a partir de lentes que investiguem a complexidade daquela

realidade, como as lentes sugeridas pelos estudos de gênero, a fim de compreender melhor ondas conservadoras, rupturas e brechas que existiram simultaneamente no Brasil dos anos 1970. ■

[NADIESDA DIMAMBRO]

É formada em História pela USP (2012). Concluiu mestrado em 2018 pelo Programa de Pós-Graduação em Estética e História da Arte (MAC-USP), com dissertação intitulada “Imagens de Greta Sarfaty: fotografia, performance e gênero”. Atua como professora da rede privada de ensino na cidade de São Paulo.
E-mail: nanadimambro@gmail.com

Referências

ALMEIDA, Heloisa Buarque de. Consumidoras e heroínas: gênero na telenovela. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 177-192, jan.-abr. 2007. Disponível em: <https://bit.ly/2QU7QeA>. Acesso em: 7 jun. 2019.

ALMEIDA, Heloisa Buarque de. Trocando em miúdos: gênero e sexualidade na TV a partir de *Malu Mulher*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 79, p. 125-137, jun. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2Z9PdWY>. Acesso em: 7 jun. 2019.

CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon. Mulheres e ação: revoluções, protagonismo e práxis dos séculos XIX e XX. **Projeto História**, São Paulo, n. 30, p. 243-264, jun. 2005. Disponível em: <https://bit.ly/2KAzBrx>. Acesso em: 7 jun. 2019.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. A escrita feminista de Carmen da Silva. **Caderno Espaço Feminino**, v. 17, n. 1, p. 197-217, jan.-jul. 2007. Disponível em: <https://bit.ly/2WQxdU5>. Acesso em: 7 jun. 2019.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2002.

GARCIA, Marco Aurélio. O gênero da militância: notas sobre as possibilidades de uma outra história da ação política. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 8/9, p. 319-342, 1997. Disponível em: <https://bit.ly/2XuV8W1>. Acesso em: 7 jun. 2019.

JOANILHO, André Luiz; JOANILHO, Mariângela Peccioli Galli. Sombras literárias: a fotonovela e a produção cultural. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 28, n. 56, p. 529-548, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/2DkhWAT>. Acesso em: 7 jun. 2019.

MIGUEL, Raquel de Barros Pinto. As “mocinhas heroínas” das fotonovelas da revista Capricho. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 295-313, jan.-abr. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2MAyw5B>. Acesso em: 7 jun. 2019.

RAGO, Margareth. Os mistérios do corpo feminino, ou as muitas descobertas do “amor venéreis”. **Projeto História**, São Paulo, v. 25, p. 181-195, dez. 2002. Disponível em: <https://bit.ly/2WQwkuz>. Acesso em: 7 jun. 2019.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. **Tempo Social**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 113-128, 1990.

SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. **História da beleza no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 35-50, maio-ago. 2004. Disponível em: <https://bit.ly/2J2Qfkb>. Acesso em: 7 jun. 2019.

SOIHET, Rachel. Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 591-612, set.-dez. 2005. Disponível em: <https://bit.ly/2X0VJIH>. Acesso em: 7 jun. 2019.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios**. São Paulo: Alameda, 2017.

TIBURI, Marcia. As mulheres e a filosofia como ciência do esquecimento. **Marcia Tiburi**, [s. l.], 13 jan. 2004. Disponível em: <https://bit.ly/2wGWi59>. Acesso em: 22 jul. 2018.

TRIZOLI, Talita. Crítica de arte e feminismo no Brasil dos anos 60 e 70. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM ARTE E CULTURA VISUAL, 5., 2012, Goiânia. **Anais [...]**. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2012. p. 410-423.